



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, à tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

Da timidez

Ser um tímido notório é uma contradição. O tímido tem horror a ser notado, quanto mais a ser notório. Se ficou notório por ser tímido, então tem que se explicar. Afinal, que retumbante timidez é essa, que atrai tanta atenção? Se ficou notório apesar de ser tímido, talvez estivesse se enganando junto com os outros e sua timidez seja apenas um estratagema para ser notado. Tão secreto que nem ele sabe. É como no paradoxo psicanalítico: só alguém que se acha muito superior procura o analista para tratar um complexo de inferioridade, porque só ele acha que se sentir inferior é doença.

Todo mundo é tímido, os que parecem mais tímidos são apenas os mais salientes. Defendo a tese de que ninguém é mais tímido do que o extrovertido. O extrovertido faz questão de chamar atenção para sua extroversão, assim ninguém descobre sua timidez. Já no notoriamente tímido a timidez que usa para disfarçar sua extroversão tem o tamanho de um carro alegórico. Segundo minha tese, dentro de cada Elke Maravilha existe um tímido tentando se esconder, e dentro de cada tímido existe um exibido gritando: “Não me olhem! Não me olhem!”, só para chamar a atenção.*

O tímido nunca tem a menor dúvida de que, quando entra numa sala, todas as atenções se voltam para ele e para sua timidez espetacular. Se cochicham, é sobre ele. Se riem, é dele. Mentalmente, o tímido nunca entra num lugar. Explode no lugar, mesmo que chegue com a maciez estudada de uma noviça. Para o tímido, não apenas todo mundo mas o próprio destino não pensa em outra coisa a não ser nele e no que pode fazer para embaraçá-lo.

* Atriz de TV muito extrovertida, identificada pela maquiagem e roupas extravagantes.

(Luís Fernando Veríssimo, **Comédias para se ler na escola**)

1. Na abordagem da timidez, o autor se vale de contradições e paradoxos para demonstrar que
 - (A) o comportamento dos extrovertidos revela seu desejo de serem notados.
 - (B) as atitudes de um tímido derivam de seu complexo de superioridade.
 - (C) a timidez e a extroversão não podem ser claramente distinguidas.
 - (D) o tímido opõe-se ao extrovertido porque assim ninguém o reconhece.
 - (E) os extrovertidos são habitualmente reconhecidos como tímidos notórios.

2. Considerando-se o contexto do primeiro parágrafo, deduz-se da frase *só ele acha que se sentir inferior é doença* que, na opinião do autor,
 - (A) a timidez leva ao complexo de inferioridade.
 - (B) o sentimento de inferioridade não é uma anomalia.
 - (C) o complexo de inferioridade não tem tratamento.
 - (D) o sentimento de inferioridade é próprio dos tímidos.
 - (E) a timidez é um disfarce para os muito extrovertidos.

3. Reconhece-se como em si mesma paradoxal a seguinte expressão do texto:
 - (A) *retumbante timidez.*
 - (B) *Todo mundo é tímido.*
 - (C) *maciez estudada.*
 - (D) *tem horror a ser notado.*
 - (E) *faz questão de chamar atenção.*

4. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas em:
 - (A) Costumam haver nas pessoas extrovertidas traços marcantes de timidez.
 - (B) Não se devem imputar aos muito tímidos a culpa por sua notoriedade.
 - (C) Não deixam de ocorrer a um tímido as vantagens de sua timidez.
 - (D) Interessam a certos extrovertidos encobrir aspectos de sua timidez.
 - (E) O fato de serem tímidas não impossibilitam as pessoas de serem notadas.

5. Transpondo-se para a voz passiva o segmento *ninguém descobre sua timidez*, a forma verbal resultante será:

- (A) não terá descoberto.
- (B) não será descoberta.
- (C) não terá sido descoberta.
- (D) não é descoberta.
- (E) não tem descoberto.

6. Na frase *Se ficou notório apesar de ser tímido, talvez estivesse se enganando junto com os outros (...)*, o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por:

- (A) tendo em vista a timidez.
- (B) não obstante a timidez.
- (C) em razão da timidez.
- (D) inclusive a timidez.
- (E) conquanto a timidez.

7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:

- (A) É notório que o autor do texto seja um tímido, onde se conclui de que ele está falando com o autoritarismo de sua própria experiência.
- (B) Não se deve vexar os tímidos por sua timidez, porque mesmo os extrovertidos, segundo o autor, não deixam também de ser assim.
- (C) Mesmo uma Elke Maravilha, afirma o autor, portará consigo um lado de timidez, por conta das extroversões em cujas se fez notória.
- (D) Faz parte do humor do texto a controvérsia que o complexo de inferioridade implica em que, no fundo, trata-se de seu oposto.
- (E) Nem todos concordarão com as teses do autor, mesmo porque um humorista não escreve com o fito de estabelecer verdades incontroversas.

8. Atente para as seguintes frases:

- I. Não é possível estabelecer à medida que distancia um notório tímido de um notório extrovertido.
- II. Não assiste às pessoas extrovertidas o privilégio exclusivo de se fazerem notar; também as tímidas chamam a atenção.
- III. Ainda que com isso não se sintam à vontade, os tímidos costumam captar a atenção de todos.

Justifica-se o uso do sinal de crase SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) III.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Duas linguagens

Na minha juventude, tive um grande amigo que era estudante de Direito. Ele questionava muito sua vocação para os estudos jurídicos, pois também alimentava enorme interesse por literatura, sobretudo pela poesia, e não achava compatíveis a linguagem de um código penal e a freqüentada pelos poetas. Apesar de reconhecer essa diferença, eu o animava, sem muita convicção, lembrando-lhe que grandes escritores tinham formação jurídica, e esta não lhes travava o talento literário.

Outro dia reencontrei-o, depois de muitos anos. É juiz de direito numa grande comarca, e parece satisfeito com a profissão. Hesitei em lhe perguntar sobre o gosto pela poesia, e ele, parecendo adivinhar, confessou que havia publicado alguns livros de poemas – “inteiramente despretensiosos”, frisou. Ficou de me mandar um exemplar do último, que havia lançado recentemente.

Hoje mesmo recebi o livro, trazido em casa por um amigo comum. Os poemas são muito bons; têm uma segura de estilo que favorece a expressão depurada de finos sentimentos. Busquei entrever naqueles versos algum traço bacharelesco, alguma coisa que lembrasse a linguagem processual. Nada. Não resisti e telefonei ao meu amigo, perguntando-lhe como conseguiu elidir tão completamente sua formação e sua vida profissional, freqüentando um gênero literário que costuma impelir ao registro confessional. Sua resposta:

– Meu caro, a objetividade que tenho de ter para julgar os outros comunica-se com a objetividade com que busco tratar minhas paixões. Ser poeta é afinar palavra justas e precisos sentimentos. Justeza e justiça podem ser irmãs.

E eu que nunca tinha pensado nisso...

(Ariovaldo Cerqueira, inédito)

9. O argumento em favor da plena compatibilidade entre a linguagem da poesia e a das práticas jurídicas está formulado na seguinte frase:

- (A) *É juiz de direito numa grande comarca, e parece satisfeito com a profissão.*
- (B) *Apesar de reconhecer essa diferença, eu o animava, sem muita convicção (...)*
- (C) *(...) têm uma segura de estilo que favorece a expressão depurada de finos sentimentos.*
- (D) *(...) conseguiu elidir tão completamente sua formação e sua vida profissional (...)*
- (E) *Justeza e justiça podem ser irmãs.*

<p>10. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:</p> <p>(A) <i>não lhes travava o talento</i> = não ia ao encontro de seu potencial.</p> <p>(B) <i>“inteiramente despreziosos”, frisou</i> = “em nada intencionais”, aludiu.</p> <p>(C) <i>têm uma segura de estilo</i> = manifestam uma esterilidade.</p> <p>(D) <i>como conseguiu elidir</i> = como logrou obliterar.</p> <p>(E) <i>impelir ao registro confessional</i> = demover o plano das confissões.</p>	<p>14. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Meu amigo juiz escrevia poemas <u>que o</u> estilo de linguagem era muito depurado.</p> <p>(B) Expressava-se numa linguagem poética <u>em que</u> ele se obrigara a ser contido e disciplinado.</p> <p>(C) Logo recebi o livro de poemas <u>nos quais</u> o grande valor expressivo eu sequer desconfiava.</p> <p>(D) Surpreendeu-me que tivesse escrito poemas <u>em cujos</u> não havia vestígio de academicismos.</p> <p>(E) Meu amigo deu-me uma explicação <u>à qual</u> pude aproveitar uma lição muito original.</p>
<p>11. A afirmação feita pelo juiz de que a objetividade para julgar alguém comunica-se com a objetividade poética na expressão das paixões salienta sua convicção de que</p> <p>(A) não há distinção visível entre as duas atividades.</p> <p>(B) um julgamento é permeado pelos puros sentimentos.</p> <p>(C) a oposição entre ambas as situações reforça-as mutuamente.</p> <p>(D) a linguagem confessional serve a ambas as situações.</p> <p>(E) a busca de precisão é indispensável nos dois casos.</p>	<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Entre as várias qualidades de seus poemas (destacar-se), acima de todas, a virtude da contenção.</p> <p>(B) Como não (haver) de surpreender, em seus poemas, a precisão dos recursos estilísticos?</p> <p>(C) Aos poetas confessionais (costumar) apresentar-se o risco de excessos emotivos.</p> <p>(D) Mais que tudo me (agradar), naquele livro, os recursos formais que intensificavam o lirismo.</p> <p>(E) As duas práticas a que (fazer) referência o texto não são, de fato, inconciliáveis.</p>
<p>12. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) O autor nunca teria suspeitado que seu amigo viesse a se revelar um poeta extremamente expressivo.</p> <p>(B) Embora anime seu amigo, o autor não revelara plena convicção de que um juiz podia ser um grande poeta.</p> <p>(C) O autor logo recebera em casa o último livro de poemas que seu amigo lhe prometeu enviar.</p> <p>(D) Naqueles poemas não se notava qualquer traço bacharelesco que viria a toldar o estilo preciso e depurado dos versos.</p> <p>(E) Ainda que busque entrever algum excesso de formalismo nos poemas do amigo, o autor não os tinha encontrado.</p>	<p>16. Começa a executar a partir da ROM quando o <i>hardware</i> é ligado. Exerce a função de identificar o dispositivo do sistema a ser inicializado para, em última instância, executar o carregador de <i>boot</i>. Este enunciado define</p> <p>(A) o kernel.</p> <p>(B) o BIOS.</p> <p>(C) o drive.</p> <p>(D) a RAM.</p> <p>(E) o sistema operacional.</p>
<p>13. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas e flexionadas na frase:</p> <p>(A) Não há nada que impela mais ao registro confessional da linguagem do que uma vocação poética essencialmente lírica.</p> <p>(B) O juiz disse ao amigo que lhe conviria freqüentar as duas linguagens, a poética e a jurídica.</p> <p>(C) Constatou que nos poemas não se vislumbrava qualquer marca que adviesse da formação profissional do amigo.</p> <p>(D) O juiz lembrou ao amigo que o ofício de poeta não destitue de objetividade o ofício de julgar.</p> <p>(E) Nem bem se detera na leitura dos poemas do amigo e já percebera que se tratava de uma linguagem muito depurada.</p>	<p>17. O Windows XP possui um componente chamado “restauração do sistema” que atua sobre o <i>registry</i>. Esse componente salva periodicamente, além de outros estados de <i>software</i>,</p> <p>(A) os barramentos.</p> <p>(B) a memória RAM.</p> <p>(C) o <i>boot</i>.</p> <p>(D) os <i>hives</i>.</p> <p>(E) o HD.</p>

<p>18. FAT, RAID e FTP são siglas aplicáveis, respectivamente, a</p> <p>(A) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(B) sistema de rede, sistema de arquivo e transferência de arquivo remoto.</p> <p>(C) sistema de rede, redundância de armazenamento de dados e sistema de arquivo.</p> <p>(D) protocolo de rede, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(E) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e transferência de arquivo remoto.</p>	<p>22. A exibição de um * (asterisco) em um determinado campo da barra de status da planilha BrOffice.org Calc indica que apenas</p> <p>(A) o documento novo ainda não foi salvo.</p> <p>(B) as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(C) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods.</p> <p>(D) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(E) o documento novo ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p>
<p>19. A configuração de rede mais adequada para conectar computadores de</p> <p>– um pavimento</p> <p>– um estado</p> <p>– uma nação</p> <p>é, respectivamente:</p> <p>(A) LAN, WAN, WAN.</p> <p>(B) LAN, LAN, WAN.</p> <p>(C) LAN, LAN, LAN.</p> <p>(D) WAN, WAN, LAN.</p> <p>(E) WAN, LAN, LAN.</p>	<p>23. A personalização do Mozilla Thunderbird 2, por meio do gerenciamento de extensões e temas em um único lugar, ficou facilitada com o novo</p> <p>(A) Gerenciador de Interfaces.</p> <p>(B) Gerenciador de Complementos.</p> <p>(C) Painel de Visualização.</p> <p>(D) Painel de Configurações.</p> <p>(E) Navegador de Mensagens.</p>
<p>20. O protocolo mais comum utilizado para dar suporte ao correio eletrônico é o</p> <p>(A) HTTP.</p> <p>(B) NTFS.</p> <p>(C) SMTP.</p> <p>(D) SNMP.</p> <p>(E) FTP.</p>	<p>24. A função <i>Live Bookmarks</i> do Mozilla Firefox 2 permite receber</p> <p>(A) atualizações automáticas do navegador.</p> <p>(B) extensões de segurança.</p> <p>(C) extensões de personalização.</p> <p>(D) <i>feeds</i> de RSS no navegador.</p> <p>(E) suporte multi-plataforma.</p>
<p>21. Quando o modo de substituição do editor BrOffice.org Writer estiver ativado, o cursor de texto terá o formato de</p> <p>(A) uma linha vertical intermitente.</p> <p>(B) uma linha horizontal intermitente.</p> <p>(C) um bloco intermitente.</p> <p>(D) um bloco fixo.</p> <p>(E) uma linha horizontal fixa.</p>	<p>25. O <i>software</i> que infecta um computador, cujo objetivo é criptografar arquivos nele armazenados e, na seqüência, cobrar um resgate do usuário para fornecer uma senha que possibilite decifrar os dados, é um <i>malware</i> do tipo</p> <p>(A) <i>trojan</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(B) <i>backdoor</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(C) <i>worm</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(D) <i>trojan</i>, denominado <i>spyware</i>.</p> <p>(E) <i>backdoor</i>, denominado <i>spyware</i>.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Direito Constitucional	
<p>26. No que diz respeito aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o ato de entregar o estrangeiro a outro Estado por delito nele praticado é denominado</p> <p>(A) deportação. (B) expulsão. (C) extradição. (D) exclusão. (E) banimento.</p>	<p>30. Funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho exercendo a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, o</p> <p>(A) Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. (B) Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. (C) Conselho Superior da Justiça do Trabalho. (D) Diretor Administrativo do Tribunal Superior do Trabalho. (E) Ministro nomeado pelo Presidente da República.</p>
<p>27. No que diz respeito à organização político-administrativa, o princípio cuja finalidade é acentuar a igualdade de todos os brasileiros, independentemente do Estado-membro de nascimento ou domicílio, é denominado</p> <p>(A) não-intervenção. (B) independência nacional. (C) prevalência dos direitos humanos. (D) autodeterminação dos povos. (E) isonomia federativa.</p>	Direito Administrativo
<p>28. No que concerne aos servidores públicos, considere:</p> <p>I. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.</p> <p>II. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.</p> <p>III. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.</p> <p>IV. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, não podendo ser aproveitado em outro cargo.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) III e IV. (E) II e IV.</p>	<p>31. O juízo de conveniência e oportunidade, presente no ato discricionário, compreende o mérito administrativo,</p> <p>(A) ficando o agente público sujeito aos termos da lei quanto às condições e ao momento da prática do ato. (B) ficando ao arbítrio do agente público a prática do ato. (C) mas o agente público deve obedecer a todos os elementos estabelecidos na lei para a prática do ato. (D) mas não afasta a necessidade de submissão do agente público ao princípio da legalidade e ao atendimento do interesse público. (E) ficando ao talante do agente público a conduta quanto à finalidade da norma.</p>
<p>29. Quanto ao processo legislativo, o fenômeno consistente na ocorrência de uma norma revogadora de outra anterior, que tenha revogado uma mais antiga, e que recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos é denominado</p> <p>(A) vinculação. (B) desconstitucionalização. (C) descentralização. (D) reprivatização. (E) adequação.</p>	<p>32. Sobre as espécies do ato administrativo, considere:</p> <p>I. Licença é ato administrativo vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.</p> <p>II. Permissão é ato administrativo vinculado e definitivo, pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público.</p> <p>III. Autorização é ato administrativo pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e III. (D) II. (E) II e III.</p>
<p>30. Quanto ao processo legislativo, o fenômeno consistente na ocorrência de uma norma revogadora de outra anterior, que tenha revogado uma mais antiga, e que recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos é denominado</p> <p>(A) vinculação. (B) desconstitucionalização. (C) descentralização. (D) reprivatização. (E) adequação.</p>	<p>33. O serviço de planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações, é de competência</p> <p>(A) comum entre a União e os municípios. (B) dos estados. (C) concorrente entre estados e municípios. (D) exclusiva dos municípios. (E) da União.</p>

<p>34. Sobre o controle administrativo da Administração Pública, considere:</p> <p>I. Denúncia de irregularidades internas ou de abuso de poder na prática de atos da Administração, feita por qualquer pessoa à autoridade competente para conhecer e coibir a ilegalidade apontada.</p> <p>II. Oposição expressa a atos da Administração que afetem direitos ou interesses legítimos do administrado.</p> <p>Estes conceitos referem-se, respectivamente,</p> <p>(A) à reclamação e ao pedido de reconsideração. (B) à representação e à reclamação. (C) à representação e à revisão. (D) ao recurso hierárquico e à revisão. (E) à reclamação e ao recurso hierárquico.</p>	<p>38. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. É certo que o domicílio do</p> <p>(A) servidor é o lugar em que tomou posse do cargo público. (B) incapaz é o lugar do seu nascimento. (C) preso é o lugar em que cumprir a sentença. (D) militar é o lugar onde residir a sua família. (E) marítimo é o lugar onde o navio estiver atracado.</p>
<p>35. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a pena de advertência será aplicada por escrito, dentre outras hipóteses, quando o agente</p> <p>(A) praticar usura sob qualquer de suas formas. (B) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. (C) receber presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. (D) coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político. (E) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.</p>	<p>39. A respeito da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, considere:</p> <p>I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data da sua publicação. II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 dias depois de oficialmente publicada. III. As correções de texto de lei já em vigor consideram-se lei nova. IV. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) III e IV. (C) I e IV. (D) II e III. (E) I, III e IV.</p>
<p>36. No processo administrativo, quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação</p> <p>(A) implicará no arquivamento do processo. (B) ensejará a renovação da intimação ao interessado, pessoalmente, por meio de servidor especialmente designado. (C) ensejará a busca e apreensão, administrativamente, na casa do interessado. (D) implicará na condução coercitiva do interessado, com ajuda policial, para apresentação dos dados ou documentos necessários para o desenvolvimento do processo. (E) dará ensejo a que a autoridade processante adote medidas judiciais para busca e apreensão dos dados ou documentos.</p>	<p>40. A respeito do pagamento, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas. (B) O devedor que paga tem direito à quitação regular, mas não pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada. (C) Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores. (D) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos. (E) A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>37. A respeito da prescrição, é correto afirmar:</p> <p>(A) A renúncia só pode ser expressa e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, antes da prescrição se consumir. (B) A exceção prescreve no dobro do prazo em que a pretensão. (C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes. (D) Iniciada contra uma pessoa, não continua a correr contra o seu sucessor. (E) Pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>41. Quando se reproduz ação anteriormente ajuizada entre as mesmas partes, com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, considere:</p> <p>I. A ação anterior foi julgada improcedente por acórdão contra o qual pende recurso extraordinário. II. A ação anterior foi julgada improcedente por sentença de primeiro grau contra a qual pende recurso de apelação. III. A ação anterior foi julgada improcedente por sentença de que não mais cabe recurso.</p> <p>As hipóteses indicadas caracterizam</p> <p>(A) litispendência, litispendência e coisa julgada, respectivamente. (B) litispendência, coisa julgada e coisa julgada, respectivamente. (C) coisa julgada, litispendência e coisa julgada, respectivamente. (D) litispendência. (E) coisa julgada.</p>

42. A respeito das provas, é correto afirmar:
- (A) É defeso a uma das partes assistir ao interrogatório da outra, mesmo que já tenha deposto.
 - (B) Os depoimentos pessoais devem ser requeridos pelas partes, não podendo o juiz determiná-los de ofício.
 - (C) A confissão espontânea só pode ser feita pela própria parte, nunca por mandatário com poderes especiais.
 - (D) Quando for contestada a assinatura de documento, o ônus de provar a autenticidade cabe à parte que o produziu.
 - (E) Na prova pericial, os quesitos devem ser apresentados pelas partes, não podendo o juiz formulá-los de ofício.

43. Na execução por quantia certa contra devedor solvente,
- (A) não será efetuada a penhora se os bens do devedor estiverem sob a posse ou detenção de terceiros.
 - (B) será feita por termo nos autos a penhora dos bens imóveis do devedor situados fora da comarca, quando apresentada a certidão da respectiva matrícula.
 - (C) a prisão do depositário judicial infiel não poderá ser decretada no próprio processo, dependendo de ação de depósito.
 - (D) é indispensável a avaliação por avaliador nomeado pelo juiz, quando o devedor atribuir valor aos bens indicados à penhora e o credor aceitar o valor estimado.
 - (E) a alienação dos bens penhorados, se o exequente não requerer a adjudicação, não poderá ser feita por iniciativa particular por este requerida, mas somente em hasta pública.

44. Numa execução de quantia certa contra devedor solvente, fundada em título extrajudicial (nota promissória protestada por falta de pagamento), o oficial de justiça encontrou os seguintes bens do devedor suficientes por si para o pagamento do principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios: um terreno, um automóvel, uma barra de ouro, títulos da dívida pública da União com cotação em mercado e 200 sacas de café. A penhora deverá, preferencialmente, recair
- (A) nas 200 sacas de café.
 - (B) no terreno.
 - (C) na barra de ouro.
 - (D) nos títulos da dívida pública da União com cotação em mercado.
 - (E) no automóvel.

45. A respeito dos recursos, é INCORRETO afirmar que
- (A) o prazo para interpor e responder embargos de divergência em recurso especial é de 15 dias.
 - (B) a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da parte contrária.
 - (C) não impede o conhecimento do recurso adesivo o fato de ter sido declarado deserto o recurso principal.
 - (D) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, se não forem distintos ou opostos os seus interesses.
 - (E) admite-se recurso adesivo no recurso extraordinário.

Direito do Trabalho

46. Quanto ao empregado doméstico, considere:
- I. É permitido ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado doméstico por fornecimento de vestuário.
 - II. Em nenhuma hipótese poderá o empregador doméstico efetuar desconto no salário do empregado doméstico por fornecimento de moradia.
 - III. As despesas pelo fornecimento de alimentação e higiene não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração do empregado para quaisquer efeitos.
 - IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

47. Hipoteticamente, considere que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura de São Paulo, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contrataram de forma irregular, por meio de empresa interposta, trabalhador terceirizado. Neste caso, tal contratação

- (A) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE.
- (B) gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.
- (C) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE e o CNPq.
- (D) gerará vínculo de emprego apenas com o ECT e o CNPq.
- (E) não gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.

48. No que concerne ao trabalho temporário, analise:

- I. Empresas do mesmo grupo econômico não podem manter empresa de trabalho temporário para atender às demandas de suas co-irmãs.
- II. O prazo máximo de duração do contrato celebrado entre a tomadora e fornecedora de mão-de-obra, em relação a um mesmo empregado é, em regra, de noventa dias.
- III. É permitida a contratação de estrangeiro sob a modalidade de contrato de trabalho temporário quando portador de visto provisório no País.
- IV. Em regra, ao trabalhador temporário é assegurado, dentre outros direitos, adicional noturno, aviso prévio e o salário-maternidade.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

49. A empresa privada Amarílis cessou suas atividades pagando indenização simples para seus funcionários. A empresa privada Violeta cessou suas atividades pagando indenização em dobro para seus funcionários. Nestes casos, o pagamento da indenização

(A) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Amarílis, o direito ao aviso prévio.

(B) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Violeta, o direito ao aviso prévio.

(C) exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.

(D) não exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.

(E) só excluirá o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio se o pagamento da indenização ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte à cessação das atividades.

50. Com relação às Convenções Coletivas de Trabalho e aos Acordos Coletivos de Trabalho, é INCORRETO afirmar:

(A) Não prorrogada a Convenção Coletiva de Trabalho, os seus efeitos não se estenderão aos contratos individuais firmados após seu termo.

(B) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho são instrumentos formais e solenes, devendo ser necessariamente lançados por escrito e submetidos à divulgação pública.

(C) Não é permitida a estipulação de Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho com duração superior a dois anos.

(D) Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial.

(E) No acordo coletivo de trabalho é necessária a presença do sindicato no pólo empresarial de contratação, obedecendo-se o princípio da legalidade e da isonomia.

51. No que se refere à estabilidade, analise:

I. A estabilidade provisória do cipeiro constitui, além de uma vantagem pessoal, uma garantia para as atividades dos membros da CIPA.

II. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

III. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não subsiste a estabilidade do dirigente sindical.

IV. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

(E) III e IV.

52. Raimunda é garçonete no restaurante do TIO TITO e recebe, além do seu salário mensal, gorjetas fornecidas espontaneamente pelos clientes. Neste caso, as gorjetas

(A) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para as parcelas de aviso-prévio.

(B) não integram a remuneração de Raimunda, uma vez que não são cobradas pelo empregador na nota de serviço, mas fornecidas espontaneamente pelos clientes.

(C) integram a remuneração da Raimunda e servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.

(D) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para o repouso semanal remunerado.

(E) integram a remuneração de Raimunda, mas não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.

Direito Processual do Trabalho

53. Considere:

I. A reclamação trabalhista A tem como partes Maria e sua ex-empregada doméstica Ursula.

II. A reclamação trabalhista B tem como partes a micro-empresa SAPO e seu ex-empregado João.

III. A reclamação trabalhista C tem como partes a sociedade anônima RATO e seu ex-empregado Domingos.

IV. A reclamação trabalhista D tem como partes a empresa privada ROMA e sua ex-funcionária Vânia.

Para se fazerem representados em audiência, o preposto deverá ser necessariamente empregado do(a) reclamado(a) APENAS nas demandas indicadas em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) III e IV.

(D) II e III.

(E) I, III e IV.

54. No que diz respeito à Ação de Cumprimento, considere:

I. É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.

II. Proceda ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face da sentença normativa, na qual se louvava ter sido modificada em grau de recurso.

III. Há legitimidade concorrente para a propositura da ação de cumprimento, uma vez que tanto o sindicato quanto os empregados poderão propô-la.

IV. A competência para processar e julgar ação de cumprimento é, em regra, do Tribunal Regional do Trabalho de competência do local da prestação do serviço.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I e III.

(C) II, III e IV.

(D) I e IV.

(E) II e III.

55. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, na hipótese de interposição, APENAS, de recursos

- (A) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (B) ordinário e de agravo de petição, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (C) ordinário e de revista, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (D) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (E) de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

56. Considere:

- I. Dissídio individual com decisão contrária à Fazenda Pública, com conseqüente condenação correspondente a R\$ 35.000,00.
- II. Dissídio individual com decisão contrária à Fazenda Pública mas em consonância com orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- III. Ação rescisória com decisão proferida pelo juízo de primeiro grau desfavorável ao ente público condenando a Fazenda Pública em R\$ 25.000,00.
- IV. Mandado de segurança em matéria trabalhista no qual figura, na relação processual, pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.

Estão obrigatoriamente sujeitas ao duplo grau de jurisdição as demandas indicadas APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

57. A competência originária para apreciar e julgar mandado de segurança impetrado em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região é

- (A) do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) do próprio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.
- (C) da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) do Supremo Tribunal Federal.
- (E) da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

58. Considere as assertivas abaixo a respeito do pressuposto recursal específico do prequestionamento:

- I. Em regra, diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.
- II. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.
- III. O prequestionamento só é exigível em recurso de natureza extraordinária, como o recurso de revista e os embargos para a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
- IV. Deve-se exigir o prequestionamento quando a violação à disposição literal de lei surge no próprio acórdão impugnado pelo recurso de revista.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

59. Com relação ao mandato e ao substabelecimento, é correto afirmar:

- (A) O advogado sem procuração poderá propor reclamação trabalhista a fim de evitar a decadência de direitos, devendo, no entanto, exibir o instrumento do mandato no prazo improrrogável de 90 dias.
- (B) É inválido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.
- (C) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido, se não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.
- (D) Existindo previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato terá validade, inclusive se anexado ao processo após o aludido prazo.
- (E) Considera-se irregular a representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido.

60. A notificação presume-se recebida

- (A) na data da assinatura do aviso de recebimento.
- (B) na data de sua expedição.
- (C) em 48 horas da data de sua postagem.
- (D) na data da juntada aos autos do aviso de recebimento.
- (E) três dias após a juntada aos autos do aviso de recebimento.

